

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 534.633 - SP (2019/0282584-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : MARCOS PAULO RIBEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MARCOS PAULO RIBEIRO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor próprio por MARCOS PAULO RIBEIRO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0000697-23.2014.8.26.0360).

O impetrante/paciente alega que estava em outro local no momento do delito pelo qual foi condenado. Também sustenta que ele não aparece na filmagem e que as testemunhas não o reconheceram.

Requer, assim, a absolvição por ausência de provas.

É o relatório.

Decido.

O pedido de absolvição por ausência de provas demanda reexame aprofundado de todo o conjunto fático-probatório, inviável em *habeas corpus*. Nesse sentido:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO. APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/06. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.*

1. A pretensão do agravante de modificar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias - no sentido de que não há provas acerca da prática do delito em questão, da desclassificação do delito de tráfico para o uso e da aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06 - demandaria reexame de provas, o que é inviável na via do recurso especial, segundo dispõe o enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 900.716/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

# Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE o *habeas corpus*, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Remeta-se cópia destes autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para assistir o paciente na origem, se necessário.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

